

34°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
Caxambu, MG – 25 a 29 de outubro de 2010

ST 04: Comportamento Político

***Da Responsabilidade Social à Responsabilidade Política: uma análise da
Rede de Participação Política***

Paulo Roberto Neves Costa (Universidade Federal do Paraná - UFPR)
Andressa Silvério Terra França (Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Da Responsabilidade Social à Responsabilidade Política: uma análise da Rede de Participação Política

Paulo Roberto Neves Costa (Universidade Federal do Paraná - UFPR)¹
Andressa Silvério Terra França (Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Resumo: Esta comunicação se debruça sobre uma experiência inédita de fomento da participação e mobilização política, a *Rede de Participação Política*, criada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná e pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná em 2006. A particularidade desta ação é, de um lado, se voltar não apenas para os empresários, mas, sobretudo para a população em geral, e de outro, tratar de questões relacionadas à participação política e ao controle da sociedade sobre as instituições e os representantes eleitos, com foco no âmbito local, diferentemente do que predomina nas agendas políticas do empresariado. Com este estudo pretende-se contribuir para a análise da relação entre o empresariado e política, e para a compreensão desta tentativa de valorização da participação política, também vista como uma forma de responsabilidade social empresarial.

Palavras-chave: Participação política. Empresariado. Rede de Participação Política. Responsabilidade Social Empresarial. Inovação. Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná.

1 - Introdução

Esta comunicação analisa uma iniciativa pouco usual de debate e ação política através do fomento da mobilização e da participação dos cidadãos na política, na gestão da coisa pública e no aprimoramento das instituições democráticas. Sua particularidade é ser promovida não por alguma ONG, ou por um partido de esquerda ou por alguma das diversas experiências de “movimentos sociais”, mas sim por entidades de representação do empresariado.

A *Rede Empresarial de Participação Política* é a mais importante de um conjunto de ações políticas da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e foi criada em 2006, em parceria com a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (FACIAP). Seu objetivo declarado é “desenvolver ações no sentido de estimular o empresariado e toda a sociedade a participar da política de forma contínua, contribuindo para elevar o nível de qualidade da consciência política (cidadã) e o nível no modo de fazer política no País”².

¹ Este texto faz parte das atividades relacionadas à Bolsa de Produtividade do CNPq.

² Ver www.participacaopolitica.org.br/ ou [www.redeempresarial.org.br.](http://www.redeempresarial.org.br/) O primeiro endereço é o vigente atualmente e o segundo o usado no momento de criação da *Rede*, o que mostra que, de início, a proposta de mobilização voltava-se mais propriamente para o empresariado. Ambos os endereços levam à mesma página eletrônica.

A *Rede* surge por iniciativa do presidente da FIEP, Rodrigo da Rocha Loures, com o apoio do analista político Augusto de Franco³, e no bojo do movimento nacional *Ação Política Empresarial*. O objetivo, ainda que inicialmente voltado para os empresários, era fomentar a participação política, a despeito das demais ações na defesa dos interesses corporativos no âmbito da própria FIEP. A *Rede* teve como um dos impulsos mais importantes a produção da cartilha do *Voto Responsável* em 2006, a qual continha orientações para o comportamento do eleitor. A reação a esta cartilha, tanto da parte dos cidadãos quanto da imprensa, resultou na ampliação do escopo de atuação da *Rede*. Segundo o atual coordenador da *Rede*, trata-se de uma iniciativa que se articula com outras redes e desperta o interesse de outras entidades, mas que continua sendo inédita, em especial no que tange às entidades de representação empresarial⁴.

Nosso objetivo é analisar algumas características deste canal não estatal de fomento da participação da sociedade na gestão da coisa pública e de valorização da política. Para tanto, em primeiro lugar, trataremos da *Rede* a partir do que ela revela sobre a ação política do empresariado. Em segundo lugar, considerando que a *Rede* diz respeito às relações entre empresariado e sociedade, trataremos também das implicações desta experiência sobre as ações no campo da chamada responsabilidade social da empresa e da inovação. Por fim, analisaremos a *Rede* a partir do debate sobre a participação política.

Neste sentido, este texto se divide nas seguintes partes: primeiramente faremos breves comentários sobre empresariado, participação política, responsabilidade social e inovação tecnológica no Brasil, tomando por referência o caso da *Rede de Participação Política*. Em seguida, apresentaremos e analisaremos as principais características desta experiência. Por fim, apresentamos nossas considerações finais e algumas outras questões relativas à *Rede* e suas implicações de natureza sociológica.

2 - Empresariado, política, responsabilidade social, inovação e participação política

³ Devemos registrar que a expressão que consta do título deste texto faz parte das proposições de Augusto de Franco sobre a questão do empresariado como ator político, contidas inicialmente em sua *Carta Capital Social* nº 117, publicada em 2006 (ver http://augustodefranco.locaweb.com.br/cartas_comments.php?id=16_0_2_0_C, acesso em 23 de agosto de 2010), mas que integra também o curso de formação política da Fiep (ver www.participacaopolitica.org.br, acesso em 23 de agosto de 2010).

⁴ Estas informações decorrem de entrevista com o coordenador da *Rede*, do seu surgimento aos dias de hoje, José Marinho, realizada no dia 15 de Abril de 2010.

2.1 - Empresariado e Política

A literatura sobre empresariado e sobre sua relação com a política representa importante contribuição para a constituição da análise sociológica da sociedade brasileira⁵. Mas podemos perceber nesta literatura a escassez de análises sobre o envolvimento do empresariado com a questão das instituições políticas, em especial as formas de fomento da participação política. Isso se deve menos ao fato de que os estudos privilegiam a relação entre empresariado e economia, mas, principalmente porque, em geral, as questões do aperfeiçoamento das instituições política e da participação política não ocupam posição de destaque ou sequer se colocam entre as ações e a agenda de interesses deste grupo social.

Nossas pesquisas anteriores indicam certa tendência ao não envolvimento deste tipo de entidade em ações abertas e efetivas no processo de reforma e aprimoramento das instituições democráticas, o que é relevante sob vários aspectos, em particular pelo fato do processo de retomada da democracia no Brasil ser ainda recente, comparando com as experiências mais duradouras de democracia. Entretanto, verificamos também que não há oposição ou críticas por parte da elite política do empresariado em relação à participação política. Os presidentes de entidades de representação empresarial considerados pelas pesquisas não se opõem às formas de participação, nem vêem nelas algum problema para o bom funcionamento da democracia no Brasil. Apesar da tendência a entender democracia como fundamentalmente representação política, ou seja, que a participação da população deveria se dar principalmente através da escolha dos governantes através do voto, a maior parte dos entrevistados avalia que experiências como orçamento participativo e conselhos gestores são positivas para o funcionamento da democracia (COSTA, 2007 e 2010; COSTA e ENGLER, 2008).

As pesquisas que tratam de atitudes e valores políticos, como é o caso das acima referidas, têm sempre o problema da possibilidade de incoerência entre as declarações no contexto da entrevista e as situações concretas que se colocam na prática política. Daí, o interesse no estudo desta experiência da *Rede*, dado que, como veremos, se caracteriza exatamente por ser mais do que simplesmente um conjunto de proposições e declarações,

⁵ Não é nosso objetivo fazer um percurso, breve que seja, por esta literatura, bastando para nossos interesses mencionar alguns de seus trabalhos mais representativos, desde os estudos pioneiros de Cardoso (1964) e Martins (1968), passando pelos de Eli Diniz e Renato Boschi (1993, 2000 e 2007), Angela Gomes (1979) e Maria Antonieta Leopoldi (2000), até os mais recentes como, por exemplo, Minella (2007) e Mancuso (2007).

mas também um conjunto de ações concretas com continuidade no tempo e com objetivos gerais a serem alcançados. Entendemos que a análise de seus aspectos nos permitirá verificar as relações que ela guarda com as características mais gerais tanto das atitudes quanto das ações concretas do empresariado frente à política, às instituições e à democracia no Brasil pós-1988.

2.2 - A questão da Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

Considerando que os estudos sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE) são bastante diversificados no que tange aos seus objetivos, trataremos a seguir apenas daqueles aspectos pertinentes às pretensões deste artigo. Em primeiro lugar, em relação ao objeto de análise, com exceção do trabalho de Eduardo R. Gomes e Leticia Veloso (2006), que analisa as federações estaduais da indústria, a maioria dos estudos se volta exclusivamente para a prática de grandes e médias empresas, deixando de lado a ação das entidades de representação empresarial no âmbito da RSE.

Em segundo lugar, no que tange às abordagens e objetivos das ações de RSE, observamos que predomina a preocupação com as questões práticas e operacionais, portanto, são estudos com objetivos de natureza normativa e prescritiva, o que, embora possua seus méritos, não se caracteriza pelo tratamento mais propriamente sociológico da questão. A maioria dos estudos possui um profundo viés *gerencialista*, devotado à melhoria “científica” do funcionamento organizacional, e questões relativas à eficiência e eficácia são consideradas centrais. Os gestores costumam ser aí apresentados como portadores de uma racionalidade estratégica, ao passo que os outros agentes — empregados, clientes, cidadãos — são vistos como meros objetos ou instrumentos da ação gerencial (KREITLON, 2008).

Em terceiro lugar, a literatura sugere que, quando consideramos os temas e as questões a partir dos quais a RSE é tratada, seja pelas empresas, seja pelas entidades, há uma tendência a privilegiar determinados temas como responsabilidade ambiental, criação de valores para as empresas, responsabilidade na cadeia produtiva, as práticas do varejo, o terceiro setor, enfim, o tema da política e das instituições políticas parece estar sempre ausente⁶.

⁶ Não é nosso objetivo trazer um panorama sobre esta literatura, bastando para nossos interesses mencionar alguns trabalhos principalmente na área de responsabilidade social e meio ambiente, como: MAIMON (1996); ALVES (2005); TACHIZAWA (2007); sobre responsabilidade social e terceiro setor ver: MELO

Zairo Cheibub e Richard Locke (2002) corroboram a constatação de que a “dimensão política” tem permanecido ausente na discussão sobre RSE e propõem que se leve em conta as suas possíveis e prováveis conseqüências políticas. Desta forma, sugerem que se indague se, e como, a RSE contribui ou não para que todos os cidadãos tenham garantidos aqueles direitos publicamente aceitos e expressos pela sociedade na sua organização político-legal. Assim, idéia central é que as ações de RSE deveriam ter conseqüências não apenas para a própria empresa ou para os grupos beneficiados diretamente por elas, mas para a sociedade como um todo, pois podem influir ou não na distribuição de poder político na própria sociedade.

Embora interessante e de certa forma pioneiro no tratamento da questão da política, este estudo é um exemplo de uma abordagem que, de um lado, parte de uma determinada concepção da boa política e, de outro, busca indicar os que as empresas deveriam fazer. Como deixamos claro acima, nossos objetivos e nossas preocupações são diferentes.

Do ponto de vista das empresas, não se pode dizer que o assunto da política seja totalmente ignorado, mas não é o que efetivamente predomina nas ações de RSE. A esse respeito podemos observar os “Indicadores Ethos de Responsabilidade Empresarial” — uma ferramenta de auto-diagnóstico elaborada pelo Instituto Ethos e destinada às empresas que pretendem incorporar as práticas de responsabilidade social aos negócios. Tais indicadores trazem em um de seus tópicos (Governo e Sociedade), o item “Transparência Política”, na qual são avaliadas: (i) Contribuições da empresa para Campanhas Políticas (transparência nos critérios e nas doações para candidatos ou partidos políticos); (ii) Construção da Cidadania pelas Empresas (Programas de conscientização para a cidadania e importância do voto para seu público interno e comunidade de entorno) e (iii) Práticas Anticorrupção e Antipropina (explícita a posição contrária da empresa no recebimento ou oferta, aos parceiros comerciais ou aos representantes do governo, de qualquer quantia em dinheiro ou coisa de valor, além do determinado em contrato). No entanto, uma breve pesquisa pelo Banco de Práticas do

NETO & FRÓES (1999); INSTITUTO ETHOS (2003); sobre responsabilidade social e investimento social privado, ver: GIFE (2008); MILANI FILHO (2008); sobre responsabilidade social na cadeia produtiva, ver: ALIGLERI et al. (2002); GONÇALVES (2006); sobre responsabilidade social no varejo ver: PARENTE (2004); sobre responsabilidade social e criação de valor para as empresas, ver: FERREIRA (2005); MACHADO FILHO (2002). Existem inúmeros outros exemplos e linhas de pesquisa, já que a literatura sobre o assunto é bastante vasta.

Instituto Ethos revela que as iniciativas desta natureza ainda são raras no país em relação aos demais tipos de ações mais tradicionais⁷.

A partir disso, podemos pensar que o fenômeno da responsabilidade social não se constitui como um evento passageiro por parte de algumas empresas. Percebe-se com isto a crescente relevância e, conseqüentemente, o crescente espaço que este objeto pode ter no âmbito das Ciências Sociais.

Em suma, a análise que aqui propomos sobre a *Rede* se caracteriza e se justifica não apenas por ser uma experiência de RSE praticada por uma entidade, mas principalmente por privilegiar e tomar como foco a política. Por não se tratar de uma empresa, em princípio, a questão sobre ganhos de eficiência e lucro, que decorrem de um senso comum construído no meio empresarial sobre o investimento social privado, não é o ponto de partida, nem de chegada. O que este caso tem de novidade ou interessante em relação à questão da responsabilidade social é justamente o fato de se tratar de uma série de iniciativas inovadoras visando à ampliação da participação política que se volta mais intensamente para a população em geral do que especificamente para o empresariado, e, especialmente, ao desenvolvimento local das comunidades, como veremos mais adiante.

E entre os aspectos que nos permitem pensar a *Rede* também como prática de RSE está a idéia subjacente aos projetos que desenvolve, qual seja, a de que “mudando a prática política, é possível mudar as relações sociais, assegurando uma melhor qualidade de vida”⁸. Além disso, essa visão a respeito da função social da *Rede* corrobora o conceito de responsabilidade social disseminado pelo Instituto Ethos⁹.

2.3 - A questão da Inovação

Seguindo o padrão dos itens anteriores, nosso objetivo agora é comentar alguns aspectos da literatura sobre inovação, pertinentes às preocupações gerais do artigo. Neste

⁷ Disponível em http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/temas/governo1.asp. Acesso em 14 dez. 2008.

⁸ Disponível em: <http://www.redeempresarial.org.br/>. A Rede atualmente desenvolve 7 atividades: 1) Agenda Estratégica; 2) Debate Político Conjuntural; 3) Participação Política dos Cidadãos nas Eleições; 4) Vigilantes da Democracia; 5) Educação Política; 6) Projeto Político de Desenvolvimento das Cidades do Paraná; e 7) Curso de Formação Política. Estes projetos serão discutidos mais detalhadamente adiante.

⁹ Para o Instituto Ethos, Responsabilidade Social “... é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários”. Disponível em: www.ethos.org.br, acesso em 14 de dezembro de 2008.

sentido, em primeiro lugar, observamos que a literatura recente sobre inovação vem destacando uma nova concepção a respeito das práticas inovadoras e a possibilidade de estabelecimento de uma nova agenda de pesquisa.

Se, no início do século XX essa problemática tinha um foco estritamente econômico, atualmente — com as mudanças em curso no sistema produtivo global e a flexibilização dos formatos organizacionais envolvendo empresas, agências estatais e centros de pesquisa — a formação e desenvolvimento de “redes” e os “sistemas nacionais de inovação” passam a ser temas centrais para os pesquisadores (ANDRADE, 2005; 2006; CASSIOLATO & LASTRES, 2005). Embora estas questões se refiram à prática e às questões empresariais, remetem a um aspecto da *Rede* que pretendemos destacar, ou seja, exatamente o fato de ter surgido já pretendendo funcionar como “rede” e como “sistema”.

A idéia básica do conceito de sistemas de inovação é que o desempenho inovativo depende não apenas do desempenho de empresas e organizações de ensino e pesquisa, mas também de como elas interagem entre si e com vários outros atores, e como as instituições — inclusive as políticas — afetam o desenvolvimento dos sistemas. Neste sentido, a problemática da inovação torna-se menos tecnológica e mais pedagógica, adquirindo um sentido econômico (distributivo) e social (coesão) que transcende inclusive o próprio conteúdo de uma determinada tecnologia (ANDRADE, 2005).

Segundo Thales de Andrade (2005), a trajetória dessa discussão seria extremamente fecunda sob diversos aspectos. De um lado, porque possibilitaria uma reflexão sobre mudanças nos comportamentos das empresas e a articulação de setores públicos de pesquisa com a iniciativa privada. E de outro, porque propiciaria a formulação de redes de pesquisa e desenvolvimento, além de propiciar outras contribuições nas áreas de contato entre empresas, centros de pesquisa, universidades e setor público.

Thales de Andrade também observa que a área das Ciências Sociais não estaria inserida tão fortemente nessa agenda de pesquisa, em comparação com a Economia e as ciências organizacionais¹⁰. O autor adverte que a presença de atores da sociedade civil na prática inovativa representa atualmente um dos grandes temas a serem investigados, daí a

¹⁰ Embora Andrade não especifique, entendemos que sejam as áreas de Administração e Ciências Econômicas.

necessidade de estudos etnográficos e análises comparativas que propiciem novos enfoques qualitativos dentro dessa agenda de pesquisa (ANDRADE, 2005).

Enfim, serão a partir destes pontos que analisaremos a experiência da *Rede* enquanto uma prática de inovação.

2.4 – A questão da participação política

Vimos acima como se coloca a questão da participação no que diz respeito à ação política do empresariado. Já a extensa produção que trata da participação política nas modernas democracias sugere uma série de questões, das quais algumas serão, ainda que parcialmente, consideradas para a análise da experiência da *Rede*. Em primeiro lugar, Dagnino e Tatagiba indicam a necessidade de se ultrapassar a postura otimista ou de exaltação das experiências participativas através da análise crítica e da pesquisa sobre suas reais características e seus limites, mas também do tratamento da questão da “qualidade da participação” (DAGNINO e TATAGIBA, 2007).

Quando percorremos a literatura sobre a democracia nas sociedades contemporâneas, verificamos que a questão da *qualidade* é tão antiga quanto o próprio debate, político ou sociológico, acerca da democracia, ainda que predominantemente a respeito da representação. Entendemos que a questão da *qualidade* não deve ser colocada de uma perspectiva normativa que estabeleça o que a participação *deveria ser* ou tenha por referência aquilo que seria a sua forma mais *correta* e *autêntica*. Isso nos remete, portanto, à verificação e à análise das características concretas das práticas participativas, consideradas a partir de um critério: a expansão da presença e da atuação de pessoas, que não têm na política sua prática cotidiana ou profissional, em espaços públicos, sejam consultivos, organizativos ou mais propriamente decisórios. Esta é a referência que tomaremos para analisar o caso da *Rede*.

Verificamos que, em relação à *Rede*, a questão da *qualidade* da participação está colocada desde a sua concepção, mesmo que inicialmente voltada para o empresariado e, embora não seja um espaço de tomadas decisões sobre políticas e ações do Estado, procura tratar exatamente do conteúdo, dos objetivos e da essência da prática política, em um sentido mais propriamente cívico.

Entretanto, nossa análise das características da *Rede* considera que se trata de fenômeno ainda recente, principalmente em relação ao seu transbordamento para além da dimensão do empresariado, e que não implica em um processo decisório no âmbito de

políticas públicas, e nem mesmo na definição de uma única agenda de ações e demandas políticas. Estas serão as questões a partir da qual avaliaremos a relação entre a Rede e a questão da participação política. A seguir, apresentaremos algumas das características fundamentais da *Rede*, de acordo com objetivos e interesses deste texto.

3 - Da Rede de Participação Política do Empresariado para a Rede de Participação Política: ação política do empresariado, responsabilidade social, inovação e participação política

Nosso objetivo não é descrever ou analisar todas as frentes e os resultados das diversas ações da FIEP ou em particular da *Rede*, nem fazer um relato de sua história, mas sim destacar algumas de suas características pertinentes às questões deste trabalho¹¹. Inclusive, entendemos que a compreensão do processo que lhe deu origem, a nosso ver muito associado aos projetos do então e atual presidente da FIEP, Rodrigo da Rocha Loures e da sua articulação com o analista político Augusto de Franco, pode ser interessante para a análise sociológica, mas não tem a capacidade de dar conta das suas características e da sua própria transformação, a qual, a nosso ver, ainda está em andamento.

O principal instrumento utilizado pela *Rede* é a sua página eletrônica, que anuncia ter mais de cinco mil pessoas cadastradas de praticamente todos estados brasileiros, com 20 mil acessos por mês. Além de um *newsletter* — um encarte eletrônico enviado às pessoas cadastradas, tratando de temas relacionados às atividades da *Rede* e de questões políticas locais e nacionais — e do “Debate da Semana” — ferramenta usada para divulgar uma análise de natureza política, em geral jornalística, e para promover o debate em torno de um tema, dado que o leitor é convidado a postar seus comentários¹² —, existem outros meios criados pela FIEP e que giram em torno dessa iniciativa. Dentre estas atividades podemos destacar as seguintes: 1- um curso de formação política à distância, chamado “Democracia, Redes Sociais e Sustentabilidade”, que utiliza um livro-texto intitulado “Alfabetização Democrática - O que podemos pensar (e ler) para mudar nossa condição de analfabetos democráticos”, e que usa um *software* que permite que o curso seja feito e que o aluno seja acompanhado exclusivamente pela internet; 2- a

¹¹ Na apresentação das atividades da Rede indicamos os seus endereços eletrônicos, permitindo aos interessados o acesso e o melhor conhecimento de suas características e objetivos.

¹² Sobre estes dois instrumentos da *Rede*, ver *ANEXO*.

iniciativa intitulada “*Vigilantes da Democracia*” (www.vigilantesdademocracia.org.br), que, através do chamado “Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Eleitos”, acompanha as atividades políticas e o comportamento do Governador do estado, dos 54 deputados estaduais, dos 30 deputados federais e dos 3 senadores eleitos pelo Paraná, permitindo que tanto os eleitores quanto os próprios políticos possam fazer comentários sobre as informações levantadas na imprensa; 3- a plataforma “*Ning*” e o *Twitter*, que pretendem ser “um espaço destinado à discussão e (à) proposição de mudanças democratizantes na relação entre a sociedade e o Estado”. A plataforma Ning tem sido usada principalmente para as atividades das *Redes de Desenvolvimento Local* (ver abaixo); 4- o *Projeto Político de Desenvolvimento das Cidades do Paraná*, o qual se desdobrou em outros dois, o projeto *Cidades Inovadoras* (www.cidadesinovadoras.org.br), voltado para o desenvolvimento de formas de gestão e governança das cidades e para o aumento do controle da sociedade sobre o Estado e o governo, e as *Redes de Desenvolvimento Local* (RDL) (<http://www.fiepr.org.br/redeempresarial/desenvolvimentocidades/>), que são ações nos bairros, com uma metodologia bem detalhada e apresentada de forma didática em sua página eletrônica, envolvendo mais de 50 localidades em Curitiba e no interior do estado. O objetivo declarado das RDL é desenvolver o “espírito de cidadania”, fomentar ações frente ao poder público e também ao setor empresarial e promover a valorização da política e mudanças na relação entre a sociedade e a política.

A experiência da *Rede*, ao lado de outras atividades vinculadas à FIEP, se caracteriza também por outro aspecto, ou seja, a parceria com a Universidade, como mostram as pesquisas apoiadas por esta entidade e o trabalho dos “*Vigilantes da Democracia*”, que conta com a coordenação de um núcleo de pesquisa e o trabalho de alunos da Universidade Federal do Paraná (UFPR)¹³.

Figura 1: Site “Vigilantes da Democracia”

¹³ Também com apoio da Fiep, mais especificamente através de um outro órgão, o Núcleo de Informações Estratégicas e Pesquisa (NIEP), foi realizada em 2008, em conjunto com outro núcleo de pesquisa da UFPR, uma pesquisa sobre as atitudes políticas e os padrões de ação política dos presidentes de entidades empresariais em âmbito nacional.

The screenshot shows the website 'Vigilantes da Democracia' with the following content:

- Header:** Sistema FIEP, A UNIÃO DA INDÚSTRIA RUMO AO FUTURO, Menu - Sistema FIEP, Projetos Institucionais.
- Section Header:** VIGILANTES DA DEMOCRACIA, SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS ELEITOS.
- Left Menu:**
 - votar
 - LULA
 - Perfil Completo
 - Notícias
 - Deixe seu comentário
 - PARLAMENTARES
 - Presidente
 - Governador
 - Senadores
 - Deputado Federal
 - Deputado Estadual
 - VIGILANTES
 - O que é
 - Como funciona a avaliação
- Profile Section (Lula da Silva (PT)):**
 - Nome completo:** Luiz Inácio Lula da Silva
 - Nome parlamentar:** Lula
 - Partido:** PT
 - Gabinete:** Palácio do Alvorada
 - Fale com o Presidente:** <http://www.presidencia.gov.br/presidente/falecom/>
 - Website:** não tem
 - Perfil completo**
- News Snippets:**
 - 13/04/2010 - NOTAS POLÍTICAS: **Lula insiste na necessidade de "negociar" com o Irã**. O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, repetiu que é preciso "negociar" o caso nuclear iraniano e que quer "conversar" com o líder iraniano Mahmoud Ahmadinejad "até o último minuto".
 - 13/04/2010 - NOTAS POLÍTICAS: **Eleições 2010**. Lula satiriza slogan "O Brasil pode mais", usado pelos tucanos.
- Enquete:** Como você avalia a atual gestão do parlamentar?
 - Ótima
 - Boa
 - Regular
 - Ruim
 - Péssima
 - Responder**

Fonte: <http://www.vigilantesdademocracia.com.br/luisinacioluladasilva/>

Interessante observar que ao longo do tempo, a iniciativa da *Rede* vai sofrendo modificações quanto à sua própria concepção enquanto movimento “do setor empresarial”. Pela proposta inicial, a Rede era uma “Rede de participação política do empresariado”, e atualmente é chamada apenas de “Rede de Participação Política”, sendo retirada a palavra “empresariado” do movimento. Isto porque entre os objetivos fundamentais desta ação política está a promoção de algo que pretende transcender em muito aquilo que seria estritamente os interesses do empresariado, em particular dos filiados às entidades promotoras, que deveriam ser os principais beneficiários das ações de suas entidades de representação.

O coordenador da *Rede*, José Marinho, explica o atual estágio desta iniciativa da seguinte forma: “A Rede não é rede da FIEP, é uma rede que tem o apoio, a manutenção desta instituição, mas a Rede é formada pelas “pessoas” [...] A partir do Congresso da Rede, de onde vieram exemplos das próprias comunidades, que já estão trabalhando, que estão com ações para o desenvolvimento delas, foi definido que a gente deixaria de usar o “empresariado” na Rede de Participação Política, justamente pela limitação e para não ficar uma Rede do Empresariado, porque não é uma Rede da FIEP, é uma Rede onde o empresariado é muito importante que participe, mas como cidadão”¹⁴.

Além disso, usando tanto meios e instrumentos modernos típicos das chamadas redes sociais, quanto práticas típicas dos movimentos sociais, ou seja, reuniões de debate

¹⁴ Entrevista realizada no dia 15 de Abril de 2010. Marinho se refere ao Congresso da Rede, realizado em Curitiba em 30 de novembro e 1 de dezembro de 2009. Ver <http://www.fiepr.org.br/redeempresarial/News2125content89430.shtml>, acesso em 03 de março de 2010.

e definição de ações, a *Rede* visa promover a participação da população em vários âmbitos da política e da coisa pública, em especial o local, e a mudança na forma de pensar e agir frente à política. As ações da *Rede* voltam-se para o nível local, ou seja, no bairro, nas comunidades, o que reforça o seu caráter se não inédito, alternativo à política pensada exclusivamente no âmbito nacional. O coordenador do movimento entende também que as pessoas não se envolvem em projetos, mas sim em ações, e cada ação é realizada no princípio de rede. Assim, seriam as próprias pessoas que propõem as ações para o seu bairro, para a sua localidade, ou seja, não é a FIEP que determina quais ações serão ou não implementadas, mas a própria comunidade.

Marinho declara também que não existe um sistema de monitoramento e avaliação de impacto dos seus projetos, alegando que isso seria, de certa forma, “incontrolável”, embora haja alguma quantificação do funcionamento da *Rede*, que mostra que há mais de 6 mil participantes de 25 estados, 194 temas fomentadores, a produção de 210 mil cartilhas do “Voto Responsável” em 2006 e 2008, as quais serão feitas também para 2010. Marinho procura diferenciar as atividades da *Rede* do mero uso das ferramentas da Internet, embora tenha nelas uma importante frente de trabalho. Enfim, não haveria o objetivo de mensurar resultados, mas sim encará-los como um “processo”, no qual o fundamental seria a mudança na concepção e na conduta da sociedade em geral e do empresariado em particular em relação à política e o fomento da participação da sociedade na política.

Por fim, em relação à questão da inovação, o caso da *Rede* é interessante exatamente por usar de procedimentos parecidos como os da inovação, em especial a relação com a universidade, mas com a característica própria de estar voltada direta e prioritariamente para a política, para a valorização da política, da participação política e da responsividade.

Em relação a este aspecto, o coordenador da *Rede* fala em “inovação social”, dado que o resultado de todo este processo seria a promoção de outro comportamento das “pessoas” em relação à política e à coisa pública e ao próprio desenvolvimento destas, e não apenas a solução de um dado problema.

4 – A análise da *Rede de Participação Política*

Sobre a relação entre a *Rede* e a questão da ação política do empresariado, em primeiro lugar, esta experiência, e mais especificamente as *Redes de Desenvolvimento*

Local, indica o transbordamento acima referido, fazendo com que a análise da ação política do empresariado se torne uma análise de uma experiência de fomento da participação política.

Se, por um lado, isso não é totalmente surpreendente, pois, como vimos acima, nossas pesquisas anteriores indicam que a elite empresarial possui uma postura bastante favorável às formas de participação política, por outro lado, a análise da experiência da *Rede* nos permitiu verificar aquilo que existe de inovador nesta iniciativa, ou seja, a tentativa superar antigas e conhecidas dificuldades do empresariado em se relacionar com a política.

Neste sentido, o *ineditismo* desta experiência não é apenas o fato de ser uma iniciativa vinculada ao empresariado, nem mesmo o uso das ferramentas da Internet, mas também de se voltar exclusivamente para o debate sobre a qualificação da política, a promoção da participação e a mobilização dos cidadãos em geral em torno de questões relacionadas à participação, ao controle sobre o poder político e ao aperfeiçoamento das instituições democráticas, com grande ênfase no âmbito local, ou seja, nos bairros.

Tal novidade se apresenta a partir dos seguintes aspectos: (i) volta-se não apenas para o público empresarial, (ii) privilegia a mobilização em busca de outra forma de pensar e fazer política, voltada principalmente pelo fomento da informação, do debate e da mobilização em âmbito local, e (iii) não parte de um projeto ou demanda específicos e pré-estabelecidos, muito menos que seja vinculado diretamente ao interesse dos empresários ou em particular dos representados pela FIEP ou pela FACIAP.

Não dá para desconsiderar que, nas palavras de seu coordenador, “~~a~~ Rede não é a FIEP”, não é possível desconsiderar que, sem o apoio institucional das entidades empresariais que a sustentam, dificilmente ela existiria e se desenvolveria, já que, para isso dependeria dos próprios cidadãos participantes para a sua materialização, e isso diz respeito a um nível, o do financiamento, que é bastante complicado para as experiências participativas.

E a experiência da *Rede*, até este momento, se apresenta como uma exceção que confirma a regra acerca dos padrões de ação política do empresariado no Brasil pós-1988. Ou seja, trata-se de uma ação de apenas duas entre inúmeras entidades espalhadas por todo o país, criada e implementada pela iniciativa de seus presidentes e que, apesar de despertar interesse, não dá sinais de desdobramentos para outras cidades ou regiões.

Observamos também que a iniciativa de mobilização política dos empresários, já em si inédita no que diz respeito a este grupo social, torna-se ainda mais surpreendente quando transborda de sua dimensão empresarial e se transforma em um projeto, ou “processo”, como seus coordenadores entendem ser mais adequado, voltado para a política, esta tomada enquanto a relação entre sociedade e Estado, e não enquanto apenas cenário ou processo decisório no qual se articula uma dada agenda de interesses.

Daí, a sua pretensão de fomentar uma nova visão de política, expressa pelo coordenador da *Rede*, baseada na participação e articulação entre as pessoas, as quais, neste “processo”, definiriam ações de médio e longo prazos, sobre as quais as entidades que suportam a *Rede*, não visam ter controle. Segundo Marinho, “... isso tem a ver com Política” e o objetivo é promover uma “mudança nas relações sociais” entre os cidadãos, buscando favorecer que eles se transformem em “protagonistas de seu desenvolvimento”.

Verificamos, portanto, que a experiência da *Rede* se caracteriza exatamente por pretender ser mais do que simplesmente um conjunto de proposições e declarações sobre a política e as instituições democráticas, o que não é raro entre as entidades empresariais, mas, sobretudo, ser um conjunto de ações com continuidade no tempo e com objetivos gerais a serem tanto construídos como também alcançados. Os objetivos declarados não são o de atingir uma ou um conjunto de demandas, mas sim o de promover o debate e a definição, por parte dos próprios participantes, daquilo que se pretende alcançar. O coordenador do movimento declara que a *Rede* não quer mudar as pessoas, mas pode conseguir despertar suas potencialidades e incitá-las a participar da busca por alternativas de funcionamento da política. Na *Rede*, a participação do empresário se dá, mas como “cidadão”, portanto, diferentemente do que ocorre nos outros espaços de ação do empresariado propriamente ditos, como as próprias entidades que criaram e que sustentam esta iniciativa.

Olson indica que até mesmo o senso comum em relação ao comportamento grupal considera a necessidade de existirem interesses comuns por trás deste comportamento, ainda que eles não sejam suficientes para o surgimento da ação coletiva e organizada. Assim, uma primeira questão se coloca: as motivações mais propriamente *políticas* — entendidas como aquelas que tenham como objetivo não apenas a realização de interesses econômicos de um dado grupo, mas sim a interferência na forma de funcionamento das instituições políticas, ou seja, do regime político em suas diversas dimensões —,

poderiam estar entre estes interesses comuns? Para usar uma expressão de Olson, esta é uma “possibilidade lógica” (OLSON, 1999: 15).

Se o objetivo de promover alterações nas formas de pensar e fazer política, inclusive nos seus aspectos institucionais, não está entre os interesses que fomentaram o surgimento das próprias entidades promotoras da *Rede*, certamente isso ocorreu na criação desta última, ao menos quando ela transborda do âmbito exclusivamente empresarial. Além disso, esta iniciativa está longe de fazer parte dos *incentivos seletivos* que seriam atribuídos por Olson como indutores da ação coletiva, no caso, dos empresários, dado que não apenas não há como restringir os benefícios ao grupo que promove a ação como esta se volta exatamente para um *benefício coletivo*, disperso, de longo prazo e quase imensurável.

De qualquer forma, se o ineditismo da *Rede* no âmbito das ações concretas por parte do empresariado e de suas entidades de representação não é em si uma explicação sociológica de suas características e nem dá conta de seus desdobramentos, não deixa de ser revelador da existência de um novo padrão de ação política por parte deste grupo, no que tange aos meios, mas, sobretudo no que tange aos seus objetivos e suas ações concretas. Cabe notar que tal iniciativa se dá em um estado que não está entre os mais convencionalmente associados a desenvolvimento econômico, em particular industrial, ou seja, e que se deu fora do eixo Rio-São Paulo. Portanto, quando comparamos esta iniciativa com as ações das demais entidades de representação empresarial, podemos inferir que se trata mais propriamente de uma exceção que confirma o que tem sido a regra nos padrões de ação política deste tipo de entidade, ou seja, a *inação* em relação à questão das formas políticas, mais ou menos institucionalizadas, da jovem democracia brasileira.

Quanto às questões relacionadas à inovação, as observações de Thales de Andrade (ANDRADE, 2005) acima comentadas, reforçam a importância dos seguintes aspectos da *Rede*: 1- surge desde sua criação enquanto uma prática de “rede” ou de “sistema” e busca efetivar aquilo que, como vimos acima, Andrade (2005) chama de transcender o mero desenvolvimento e a aplicação de uma dada tecnologia; 2- pretende alterar o comportamento das empresas e dos empresários, e também da sociedade, porém no que tange à política e às suas instituições; 3- o fato da prática de inovação ser na área da política, implica em outro tipo de ganho coletivo, ou seja, vai além do âmbito da empresa e do Governo e este é visto e tratado de forma diferente daquela das práticas de

inovação mais usuais; 4- assim como a práticas de inovação na área de tecnologia, a *Rede* envolve a participação da universidade, no entanto; 5- esta participação se reveste não de um caráter tecnológico, normativo e pragmático e se dá particularmente a partir de uma articulação, ainda que não exclusivamente, com pesquisadores da área de Ciências Sociais, e não das áreas convencionalmente mais técnicas.

Além disso, é importante destacar que, a partir de relações com comunidades locais, a *Rede* pretende assumir um *protagonismo* importante na promoção de estratégias de desenvolvimento local ao criar programas de educação política e promover a difusão de uma cultura centrada no fortalecimento da sociedade civil, o que demonstra tratar-se de um projeto pedagógico singular. Entretanto, a ausência de um sistema de monitoramento e, sobretudo a própria natureza das atividades da *Rede*, dificultam a verificação da forma como se dá esta ação *pedagógica* ou deste “processo”, pelo menos de uma mensuração quantitativa dos resultados, o que de certa forma é coerente com os próprios objetivos declarados da *Rede*. O tempo vai mostrar até que ponto isso revela algo que vai além da iniciativa de uma elite que dirigiu algumas entidades num dado momento e num dado local e se efetivou nos seus princípios e objetivos fundamentais¹⁵.

Mas, as evidências mostram que é possível identificar a *Rede* como uma estratégia de inovação. É óbvio que, como se trata de um primeiro estudo, nossas análises não permitem comparações, nem tão pouco generalizações, sobre a natureza desta experiência em termos de inovação. No entanto, o que os dados sugerem é que, assim como a *Rede* pretende ser diferente, como veremos a seguir, em termos de responsabilidade social, o é também em relação à inovação, ao buscar uma “inovação social”¹⁶.

Por sua vez, em relação à questão da Responsabilidade Social Empresarial, além do fato de se tratar de algo praticado por entidades empresariais e não especificamente por empresas, a *Rede* ultrapassa as frentes convencionais deste tipo de relação entre empresa e sociedade, dado o seu objetivo de aprimoramento da democracia. Em segundo

¹⁵ Nossa pesquisa, ainda em andamento pretende verificar junto aos participantes da *Rede*, ou seja, dos *cidadãos*, aspectos de sua forma de ver e pensar a política, a participação e as atividades da *Rede*. Mesmo assim, isso seria mais bem verificado no longo prazo.

¹⁶ No *II Congresso da Rede*, ocorrido entre os dias 09 e 10 de setembro de 2010, surge também a expressão “inovação política”. Ver <http://www.fiepr.org.br/redeempresarial/FreeComponent10445content110154.shtml>, acesso em 15 de setembro de 2010.

lugar, porque o trabalho da *Rede* é entendido, como expressa o seu coordenador, como uma “alternativa” a mais de prática de responsabilidade social por parte dos empresários.

Cabe também observar a diferença entre as práticas mais comuns de RSE e a proposta da *Rede*, ou seja, os seus promotores não se apresentam nem se vêem como dotados de uma racionalidade estratégica que implique em tratar os indivíduos-alvos das ações como meros objetos ou instrumentos de uma dada ação gerencial voltada para solução de problemas específicos.

Assim, tanto em relação à RSE quanto à inovação, observa-se que os princípios e as práticas da *Rede* se diferenciam da lógica *gerencialista* e da racionalidade técnica que predomina nestes dois âmbitos das ações empresariais. De um lado, pelos seus objetivos, e de outro, pela sua pretensão de ser um “processo” no qual os próprios participantes teriam papel relevante na definição das ações, e não um grupo dirigente técnica ou politicamente qualificado a encaminhar a solução de um problema ou introduzir um novo e específico procedimento. E deve-se destacar que as atividades da *Rede*, ao menos em relação às suas metas, já que os resultados ainda estariam sendo obtidos, se enquadram bem naquilo que Cheibub e Locke (2002) e o Instituto Ethos, como vimos acima, entendiam como a forma como a RSE deveria ser implantada e analisada, enfim, nas suas implicações políticas e seus efeitos sobre a sociedade, o poder e a cidadania.

Quanto à questão da participação política, uma primeira característica da *Rede* é o fato é que ela não implica na existência de atores “internos” ou “externos” ao processo decisório, como alguns trabalhos discutem (FUKS e PERISSINOTTO, 2007), dado que todos possuem as mesmas condições ou situações no debate político e que não se constituem a partir de situações específicas, como, por exemplo, representante de uma dada categoria profissional, ou indicação de um dado órgão do Governo etc., como ocorre, por exemplo, nos Conselhos de Saúde e nas experiências de orçamento participativo. Isso não permite, entretanto, desconsiderar o papel diretivo que a FIEP tem na criação da situação de participação.

E sobre o que se entende e como se pratica a “participação”, verificamos que a *Rede* é concebida mais propriamente como “interação”, o que seria mais adequado aos seus princípios de *Rede* e justificaria a importância atribuída aos projetos de desenvolvimento local, as RDL, ao Curso de Formação Política e ao observatório *Vigilantes da Democracia*. O coordenador da *Rede* explica que o eixo fundamental da idéia de participação presente na *Rede* é a interação entre as pessoas: “a gente não tem

bandeira nenhuma, mas a gente traz à tona, traz provocações uma série de iniciativas que se complementam com o desenvolvimento local, o curso on-line, e com este trabalho que a gente tem em parceria com o pessoal da UFPR, que é o *Vigilantes da Democracia* [...]”.

Ou seja, a idéia de participação é mais no sentido de criar meios para as pessoas trocarem suas experiências e suas vivências, do que pura e simplesmente agregar as pessoas dentro de um projeto definido. Segundo Marinho, a recepção e as respostas das “pessoas”, como ele prefere dizer para se referir aos participantes e público-alvo das ações da *Rede*, ao fato de ser uma iniciativa de entidades empresariais foi boa e favorável, em especial por não vir do Governo: como vimos acima, a idéia é que “A *Rede* não é da FIEP”, nem apresenta ou defende propostas prontas, segundo Marinho, mas se coloca como um instrumento, materialmente sustentada pelas entidades empresariais, mas não restritas a elas, de envolvimento das pessoas na política.

O objetivo é que a FIEP e FACIAP não controlem a dinâmica da *Rede* e a interação entre as “pessoas”. A *Rede* tem como objetivo fazer com que as pessoas definam por conta própria, mas, sobretudo implementem as ações através das quais se buscava efetivar o que foi espontaneamente definido como meta. O fundamental é a implementação do princípio desta “rede” de definição e de implementação das ações, a partir de um cronograma. Para o coordenador da *Rede* o importante é que haja não apenas participação, mas, sobretudo — interação” para que as ações ocorram.

A *Rede* pretende não se voltar para a criação, o incremento ou a alteração de um dado formato institucional ou canal de relação entre sociedade e Estado, mas sim para a própria *sociedade*, concebida como algo que deve definir a si própria. Isso remete à importância de outros estudos sobre o processo decisório — se é que pode ser chamado assim —, dado que ele inevitavelmente ocorrerá no processo de definição das ações no interior da *Rede*, em particular nas *Redes de Desenvolvimento Local*.

A nosso ver, é em torno destes princípios e, sobretudo das práticas que procuram efetivá-los, que se coloca a questão da *qualidade*, no caso, da participação. Não estamos dizendo que esta questão está sendo bem resolvida pela *Rede*, mas sim que é desta forma que ela pretende fazê-lo, cabendo aos estudos posteriores verificar como isso se deu.

Por fim, quanto à concepção de política que, de um lado diz respeito às entidades empresariais que a criaram e promoveram e, de outro, de expressa nas práticas da *Rede*, foi sendo descrita e comentada ao longo deste trabalho, mas poderia ser sintetizada nos seguintes aspectos: vê a política e a mobilização política como um “processo” de

–interação”, voltado para a alteração das relações entre os cidadãos, pensados e projetados para se transformarem em –protagonistas de seu desenvolvimento”. Nesta concepção, tal –processo” só faria sentido se desembocasse em ações concretas, a serem definidas por aqueles que exatamente através delas, se tornarão *protagonistas*. Isso revela que trata-se de uma visão de política que, mesmo visando o Estado, volta-se não simplesmente para a defesa de uma agenda ou alteração das instituições políticas, mas sim para a própria sociedade. Enfim, entende que é possível fazer uma –nova política”, distinta daquela partidária e/ou eleitoral, da qual os cidadãos seriam a –semente”, sendo portanto, uma –inovação política”, voltada para o aprofundamento da relação entre sociedade e democracia, em especial a partir do âmbito local¹⁷.

5 - Considerações finais

Não temos entre os nossos objetivos fazer um debate sobre as implicações teóricas relacionadas com o estudo deste tipo de experiência, mas verificamos que algumas questões poderiam ser exploradas em outras reflexões sobre a experiência da *Rede*, ou que esta coloca para o estudo de outras experiências. Sobre o estudo da democracia no Brasil, em primeiro lugar, verificamos a importância de uma *Sociologia Política* da democracia, ou seja, a consideração de variáveis de natureza sócio-políticas para a compreensão do funcionamento e das perspectivas da democracia. Isso implica na consideração da questão do comportamento político dos que se envolvem com as práticas democráticas, das elites políticas que fomentam e buscam o aprofundamento da democracia, para a questão da cultura política dos que criam e dos que participam deste tipo de experiência.

O fato de se tratar de entidades de representação empresarial denota certas particularidades no tratamento do assunto. Parece-nos que a adesão à nova postura –politicamente responsável” sugere alguns indícios de renovação da visão empresarial sobre a política e da própria questão da –responsabilidade social”, principalmente se comparada à visão anterior dos empresários, predominantemente voltada para as questões econômicas e gerenciais, mesmo nas suas ações propriamente políticas¹⁸. Apesar de se constituir em uma experiência inédita no meio empresarial, nosso pressuposto é que tais evidências indicam que os empresários vêm modificando sua própria visão sobre o seu

¹⁷ Tais proposições podem ser constatadas nos resultados do II Congresso da Rede, acima mencionado.

¹⁸ Ver COSTA 2005a e 2005b.

papel na sociedade e o vem fazendo de maneira absolutamente voluntária, o que só reforça o potencial orgânico desse movimento.

Nossos achados confirmam também a tese da Sociologia da Empresa que advoga a necessidade de repensar o conceito de empresa na sociedade atual, para além dos pressupostos econômicos, inerentes à atividade empresarial¹⁹. Neste sentido, a experiência da *Rede* é emblemática porque rompe com os modelos que interpretam as estratégias empresariais apenas em termos de lucro ou oportunidades de poder, omitindo da análise a função dos valores e lógicas coletivas que permeiam as práticas sociais. A lógica de funcionamento da *Rede* possui dimensões que ultrapassam o modelo de racionalidade estratégica ou eficiência e dizem respeito a uma série de atividades que se resolvem de maneira relativamente autônoma. Isso faz desta experiência um objeto de estudo que merece ser mais explorado pela análise sociológica.

Paulo Roberto Neves Costa (paulocosta@ufpr.br) é professor de Ciência Política (UFPR), coordenador do *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira* e editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política*. **Andressa Silvério Terra França** (andressastf@gmail.com) é doutoranda em Ciências Sociais (UFPR).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIGLERI, L. e CÂMARA, M. Responsabilidade social na cadeia logística: uma visão integrada para o incremento da competitividade. In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD. **Anais do ENANPAD** Recife: Anpad, 2002.
- ALVES, A. R. O contexto internacional do sistema financeiro diante do gerenciamento ecológico: as respostas de dois bancos múltiplos brasileiros. In: ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ANDRADE, T. de. Aspectos sociais e tecnológicos das atividades de inovação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 66, pp. 139-166, 2006
- ANDRADE, T. de. Inovação e Ciências Sociais: em busca de novos referenciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, junho/2005.
- ASHLEY, P. A.; CARDOSO, J. G. A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

¹⁹ A esse respeito devem-se mencionar principalmente os trabalhos de: KIRSCHNER & GOMES (1999; 2002), KIRSCHNER; GOMES; CAPPELLIN (2002), SAINSAULIEU & KIRSCHNER (2006), LOBO (2006) e RISCADO (2008). O que a literatura sociológica vem demonstrando é que a empresa contemporânea não se limita a gerir e manter recursos econômicos, técnicos e humanos, como foi o caso até alguns anos atrás. Para além dos objetivos econômicos, a empresa constitui hoje um espaço ao mesmo tempo socializador e socializado, que tem uma função identificadora na sociedade: ela instaura um conjunto de relações sociais e culturais e produz, assim, identidades novas (KIRSCHNER, 2002).

- BONACCORSI, A.; PICCALUGA, A. A theoretical framework for the evaluation of university-industry relationships. **R&D Management**, v. 24, n. 3, pp. 229-247, 1994.
- CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, pp. 34-45, jan./mar. 2005.
- CHEIBUB, Z. B.; LOCKE, R.; M. Valores ou Interesses? Reflexões sobre a Responsabilidade Social das Empresas. In: KIRSCHNER, A. M. et al (Orgs.). **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Relume Dumará, 2002. pp. 279-291.
- COSTA, Maria Alice Nunes. **Mudanças empresariais no Brasil contemporâneo: o investimento social privado é uma nova forma de solidariedade?** 261 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- COSTA, P. R. N. Como os empresários pensam a política e a democracia. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, pp. 42-449, out. 2005B.
- COSTA, P. R. N. Empresariado, instituições democráticas e reforma política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, pp. 99-116, jun. 2007.
- COSTA, P. R. N. Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 109-207, 2005a.
- COSTA, P. R. N.; ENGLER, I. J. F. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n. 2, pp. 486-514, nov./dez. 2008.
- COSTA, P. R. N. Elite empresarial, democracia e cultura política. *7º Encontro da ABCP*, Recife, 2010.
- DAGNINO, E. e TATAGIBA, L. 2007. *Introdução*. In DAGNINO, E. e TATAGIBA, L. (orgs.) *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, Argos.
- DINIZ, E. e BOSCHI, R. Brasil: um novo empresariado: Balanço de tendências recentes. In: Diniz, E. (Org.). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: Edufsc, 1993.
- DINIZ, E. e BOSCHI, R. R. **A difícil rota do desenvolvimento: empresários e agenda pós-neoliberal**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/IUPERJ, 2007.
- DINIZ, E. e BOSCHI, R. Empresariado e Estratégias de Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.52, pp.15-34, Jan. 2003.
- FERREIRA, R. do N. Cooperativas agropecuárias: uma análise sociopolítica. In: ASHLEY, P. A. (Org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FERREIRA, R. do N. Responsabilidade Social empresarial e Valor das empresas. In: ASHLEY, Patrícia A. (Coord.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. **Investimento Social Privado dos EUA no Brasil: Uma análise de empresas do Grupo +Unidos**. São Paulo: GIFE, 2008.
- GOMES, A. M. de C. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GOMES, E. R.; VELOSO, L. H. M. A Responsabilidade Social no Brasil e as Entidades Corporativas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu. **Anais... Encontro Nacional da ANPOCS**, 2006.

- GONÇALVES, B. S. **Responsabilidade social empresarial nos processos gerenciais e nas cadeias de valor**. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2006.
- INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis: 2003. v. II.
- KIRSCHNER, A. M. Sociologia da empresa e responsabilidade social das empresas. **Revista Nueva Sociedad**, n. 202, mar./abr. 2002. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3343_2.pdf>. Acesso em: 12 out. 2008.
- KIRSCHNER, A. M.; GOMES, E. R.; CAPPELLIN, Paola (Orgs.). **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Relume Dumará, 2002.
- KIRSCHNER; A. M.; GOMES, E. (Orgs.). **Empresa, empresários e sociedade**. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999.
- KREITLON, M. P. **O discurso da responsabilidade social empresarial ou a lógica e a retórica da legitimação: um olhar sobre o campo do petróleo**. 273f. Tese [Doutorado em Administração] – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- LEOPOLDI, M. A. P. **Política e interesses na industrialização brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LOBO, C. **Por que as empresas investem em responsabilidade social?**. 293 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- MACHADO FILHO, C. **Responsabilidade social empresarial e a criação de valor para as organizações: um estudo multicaseos**. 202 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MAIMON, D. **Passaporte Verde: Gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- MANCUSO, W. Empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, pp. 131-146, jun. 2007.
- MARTINS, L. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MELO NETO, F.; FROÉS, C. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor**. São Paulo: Qualitymark, 1999.
- MILANI FILHO, M. A. Responsabilidade Social e Investimento Social privado: entre o discurso e a evidenciação. **R. Cont. Fin.**, São Paulo, v. 19, n. 47, pp. 89 – 101, maio/agosto 2008
- MINELLA, A. C. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano de 2006. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, pp. 31-56, jun. 2007.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo : EDUSP, 1999.
- PARENTE, Juracy. Responsabilidade social no varejo: conceitos, estratégias e casos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.
- RISCADO, P. E. Responsabilidade social corporativa: *empowerment* das empresas ou de seus *stakeholders*? Análise do conceito e da prática do fenômeno sob a ótica das Ciências Sociais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32, 2008, Caxambu. **Anais...** Encontro Nacional da ANPOCS, 2008.
- SAINSAULIEU, R.; KIRSCHNER, A. M. **Sociologia da Empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANEXO

NEWSLETTER DA REDE DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

14 de abril de 2010

**CAPÃO RASO**

Após sonhar com melhorias para o bairro, através do Seminário Visão de Futuro, os moradores do Capão Raso dão continuidade à implantação das Redes de Desenvolvimento no próximo sábado (17), às 16 horas, no Colégio Estadual Professor João Loyola (Rua Mario Gomes César, 580, Pinheirinho). O encontro dará início ao levantamento dos ativos da região, pontos positivos que poderão colaborar com a proposta no bairro. Informações com a agente Anne Voss pelo e-mail: anne.voss@sesipr.org.br

ITATIAIA

No bairro Itatiaia, na Região Metropolitana de Curitiba, os moradores reuniram-se nesta segunda-feira (12) para realizar um levantamento das necessidades do local. As primeiras ações devem ser agendadas pela comunidade na semana que vem.

VISÃO DE FUTURO

Está marcado para esta quarta-feira (14) o início da implantação das Redes de Desenvolvimento em duas novas localidades de Curitiba: Santa Felicidade e Santa Cândida. Nestes bairros, a população local está se mobilizando para assumir um papel importante no processo de desenvolvimento dando o primeiro passo nesta quarta com a realização do Seminário Visão de Futuro. A metodologia, levada às comunidades pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, tem como principal objetivo chegar a uma agenda de ações que possa ser trabalhada, seja através dos conhecimentos e habilidades de cada morador, ou em parceria com empresários, entidades, poder público e todos os interessados em promover melhorias na região. As Redes de Desenvolvimento Local, já adotadas por diversas localidades no Estado, propõe às comunidades o envolvimento para definir, planejar e ir em busca da realização dos sonhos, transformando a localidade. Conheça mais sobre a metodologia das RDL pelo site www.desenvolvimentolocal.org.br

DEBATE DA SEMANA**FICHA LIMPA**

O Plenário começou a discutir, na última quarta-feira (7), o projeto Ficha Limpa (PLP 518/09 e outros), que impede a candidatura de quem tenha condenação na Justiça em primeira instância. Como não há consenso, os líderes partidários decidiram votá-lo apenas em maio, após análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

DOAÇÕES ILEGAIS

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Polícia Federal anunciam neste mês um plano para combater doações ilegais nas eleições. A tarefa consiste no acompanhamento em tempo real das contas de

BOA VISTA E PILARZINHO

Na próxima segunda-feira (19), a comunidade do Boa Vista também agenda as primeiras ações a serem realizadas no bairro. O encontro ocorre às 19h30, no Salão de Eventos Condomínio Cassiopéia I (Rua Alberto Potier, 180). Já no Pilarzinho, o plano de desenvolvimento e a agenda local serão elaborados na terça-feira (20), às 19h30, no Colégio Bento Munhoz da Rocha (Rua Tamoios, 1.200).

SÃO BRAZ

Os moradores do São Braz participam nesta quarta-feira (14), às 19 horas, no Clube 3 Marias, de um curso de elaboração de projetos para captação de recursos. A intenção é capacitar a comunidade para buscar parcerias e saber como as ações, discutidas durante a implantação da metodologia das Redes de Desenvolvimento, podem ser transformadas em programas e projetos. A capacitação teve início nesta terça-feira (13).

PONTA GROSSA

O núcleo de articulação da Rede de Participação Política em Ponta Grossa reuniu-se nesta terça-feira (13), na Coordenadoria Regional da Fiep, para tratar das ações a serem realizadas no município em 2010. Entre outros trabalhos, o grupo espera promover uma distribuição em massa do Guia do Voto Responsável e ampliar o número de comunidades participantes das Redes de Desenvolvimento Local na cidade. Informações com Adriana Kurovski pelo telefone (42)3219-5015 ou e-mail: adriana.kurovski@sesipr.org.br



Pesquisa feita pelos técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que a distribuição de recursos federais para a prevenção de desastres naturais é muito desigual e está sujeita a interesses políticos. Segundo o Tribunal, entre 2004 e 2009, o Ministério da Integração Nacional gastou pouco menos de R\$ 358 milhões com obras de prevenção de desastres, sendo que a Bahia ficou com 37,25% desse montante e Mato Grosso com 17,8%. O Rio de Janeiro, um Estado que claramente tem problemas mais graves com desastres naturais, ficou com apenas 0,65%. O relatório do TCU mostrou ainda que a Secretaria Nacional de Defesa Civil, vinculada ao Ministério da Integração Nacional e responsável pela prevenção e reparação dos desastres, funciona de forma lastimável. A falta de pessoal técnico e especializado, de softwares específicos e de melhores sistemas gerenciais de informação, que dificultam o acompanhamento, a avaliação e o controle das metas a serem alcançadas, aliados à burocracia, são os principais fatores apontados pela deficiência do sistema. Qual a sua opinião? Deixe seu comentário.

FÓRUM FUTURO 10 PARANÁ

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Rodrigo da Rocha Loures, defendeu uma articulação sistêmica entre todos os atores para resolver os gargalos de infraestrutura do Estado, durante o encontro das entidades participantes do Fórum Futuro 10 Paraná com a bancada paranaense no Congresso e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. "O PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) é uma referência, mas é uma solução imperfeita. Faltou ao PAC passar por um tratamento sistêmico apropriado", afirmou. Na reunião, as entidades que compõem o Fórum Futuro 10 apresentaram propostas de obras de infraestrutura social e urbana para inclusão no PAC 2 (veja detalhes).

campanha de candidatos e partidos por meio de um sistema já utilizado contra o crime organizado. A ordem é agir com rapidez para coibir crimes como caixa dois, compra de votos, transporte de eleitores, entre outros. O mais poderoso instrumento para deter o caixa dois será uma ferramenta de combate à lavagem de dinheiro, que já foi disponibilizada ao TSE pelo Ministério da Justiça.

CRUZAMENTO DE DADOS

O LAB-LD, como é conhecido o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro, é um conjunto de softwares e hardwares, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil, que permite o cruzamento infinito de dados. O sistema foi utilizado pela polícia para rastrear possíveis contas suspeitas do PCC (Primeiro Comando da Capital), facção criminosa que age nos presídios paulistas. Nas eleições, será possível mapear, por amostragem ou em casos específicos, as contas de candidatos e partidos e acompanhar manifestações atípicas. Como o TSE também tem convênio com a Receita Federal, será possível cruzar os dados "on-line" e detectar se as contribuições de empresas ou pessoas físicas foram feitas dentro do limite legal.

LONDRINA

Cerca de 120 pessoas participaram na segunda-feira (12), no auditório do SENAI em Londrina, de um evento de integração das Redes de Desenvolvimento Local. A articuladora Gislane Syllós explicou os objetivos e funcionamento da proposta e apresentou o novo grupo de agentes de desenvolvimento local e supervisoras que atuarão nos bairros do município. Além da equipe, compareceram ao encontro os voluntários que já atuam em algumas localidades, convidados e instituições. —É gratificante vermos as pessoas que já estão engajadas na Rede trocarem ideias e informações com os agentes. Este é um passo decisivo para que o desenvolvimento de Londrina seja alcançado com sucesso”, comemorou Gislane.



O Ning da Rede de Participação Política mudou.

[Acesse já o novo endereço](#)

Faça parte deste grande movimento pelo desenvolvimento do Brasil!

DIÁRIOS SECRETOS

O Ministério Público do Paraná abriu uma investigação para apurar possíveis irregularidades cometidas pelo presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Nelson Justus (DEM). Os promotores querem saber se Justus tem alguma responsabilidade na contratação de funcionários fantasmas e no uso de “laranjas” num suposto esquema de desvio de dinheiro público dentro da Casa.

DEMISSÕES

Nesta segunda-feira (12), a Assembleia anunciou a demissão de 1,9 mil funcionários comissionados e sem concurso público. Eles serão exonerados, mas muitos serão recontratados no dia seguinte. A “lêpeza” é uma tentativa da comissão executiva de conter o movimento que pede a saída do cargo do presidente Nelson Justus.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Três municípios paranaenses, Doutor Ulysses, Enéas Marques e Ângulo, voltaram às urnas neste domingo (11) para eleger prefeitos e vices que comandarão as prefeituras até o final de 2012 ([leia mais](#)).



www.redeparticipacaopolitica.org.br

Boletim informativo semanal da Rede de Participação Política
Diretoria de Comunicação e Promoção: Luiz Henrique Weber. Coordenação da Rede de Participação Política: José Marinho.
Redação: Sharlene Sarti. Edição: Elvira Fantin. Diagramação: Flávio A. Ribeiro.

DEBATE DA SEMANA

Curitiba, 13 de Setembro de 2010.

Prezado (a):

As eleições estão se aproximando e o eleitor vai escolher seis candidatos para diferentes cargos: deputado estadual, deputado federal, dois senadores, governador e presidente da República. Considerando a importância em levar em conta a história, o perfil e o comprometimento do candidato com as causas coletivas, o que tem sido determinante na hora de definir seu voto?

Clique [aqui](#) e faça seu comentário.

Obrigado pela participação!

Atenciosamente,
Núcleo Rede de Participação Política